

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – *CAMPUS* SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

TATIANE TOMAZINI SOARES ROSA

**EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS DA PRÁTICA DE UMA AUXILIAR
NA CRECHE**

Sorocaba

2023

TATIANE TOMAZINI SOARES ROSA

**EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS DA PRÁTICA DE UMA AUXILIAR
NA CRECHE**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Pedagogia da Universidade
Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba.

Orientação: Profa. Dra. Maria Walburga dos
Santos

Sorocaba

2023

Rosa, Tatiane Tomazini Soares

Educação infantil: apontamentos da prática de uma auxiliar na creche / Tatiane Tomazini Soares Rosa -- 2023.

31f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Maria Walburga dos Santos

Banca Examinadora: Andréia Regina de Oliveira

Camargo, Ítalo Butzke

Bibliografia

1. Educação infantil. I. Rosa, Tatiane Tomazini Soares. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - CCPedL-So/CCHB
Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP 18052-780
Telefone: (15) 32295978 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-FA nº 26/2023/CCPedL-So/CCHB

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso
Folha Aprovação (GDP-TCC-FA)

FOLHA DE APROVAÇÃO

TATIANE TOMAZINI SOARES ROSA

EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS DA PRÁTICA DE UMA AUXILIAR NA CRECHE

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Sorocaba, 06 de setembro de 2023

ASSINATURAS E CIÊNCIAS

Cargo/Função	Nome Completo
Orientadora	Prof.ª Maria Walburga dos Santos, Dr.ª
Membro da Banca 1	Prof.ª Andréia Regina de Oliveira Camargo, Dr.ª
Membro da Banca 2	Prof.º Ítalo Butzke, M.e



Documento assinado eletronicamente por **Maria Walburga dos Santos, Professor(a) Efetivo(a)**, em 06/09/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Regina de Oliveira Camargo, Professor(a)**, em 06/09/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1169678** e o código CRC **D2056C47**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.032109/2023-49

SEI nº 1169678

Modelo de Documento: Grad: Defesa TCC: Folha Aprovação, versão de 02/Ago/2023

Prof.º Ítalo Butzke, M.e

Dedico ao meu filho, Francisco, minha maior inspiração de determinação e coragem. A todas as crianças que já nos cruzamos pelos caminhos da creche que me motivam a continuar lutando.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu marido, Fernando, que me apoiou nas mais malucas decisões que tomei na vida e continua me apoiando e me dando suporte para chegar até aqui.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos por acreditar e confiar em mim mesmo nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço a minha irmã Talita, que sempre me incentivou, me encorajou e me inspirou.

Agradeço a minha terapeuta Claudia, que me ajudou a ver coisas que eu não conseguia sozinha, como a fé em mim mesmo.

Agradeço aos amigos que a universidade me proporcionou e que me ajudaram a conquistar as batalhas do dia a dia.

Agradeço as minhas colegas de profissão, que não deixam eu me sentir sozinha nessa caminhada.

[...] que a importância de uma coisa não se mede com a fita métrica, nem com balanças, ne barômetros, etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produz em nós.

Manoel de Barros

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão do trabalho cotidiano de uma auxiliar de educação a partir de questões acerca da divisão do trabalho na educação infantil. O objetivo foi analisar a função da auxiliar de educação infantil atuante na creche, suas mais diversas nomenclaturas, estruturas de trabalho e outros fatores que levam a sua precarização e desvalorização. Foi elaborado um levantamento do contexto histórico da educação infantil brasileira e em especial do surgimento da educação infantil na cidade de Sorocaba, SP. Fizemos o levantamento histórico e de legislação acerca da criação do cargo da auxiliar sorocabana. E a partir desse e da teoria do professor-pesquisador baseada em Lawrence Stenhouse, foi realizada uma reflexão a partir da realidade do cotidiano vivenciado sobre a organização do trabalho e a formação acadêmica do auxiliar.

Palavras-chave: Auxiliar de educação, creche, educação infantil, trabalho docente.

ABSTRACT

This work is a reflection of the daily work of an education assistant from questions about the division of labor in early childhood education. The objective was to analyze the role of the early childhood education assistant working in the daycare center, its most diverse nomenclatures, work structures and other factors that lead to its precariousness and devaluation. A survey of the historical context of Brazilian early childhood education and especially of the emergence of early childhood education in the city of Sorocaba, SP, was elaborated. We made a historical and legislative survey about the creation of the position of the auxiliary sorocabana. And from this and the theory of the professor-researcher based on Lawrence Stenhouse, a reflection was made from the reality of the daily life experienced on the organization of work and the academic training of the assistant.

Keywords: Education Assistant; Children's daycare; Child Education; Teacher work;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

CCI Centro de Convivência Infantil

CEI Centro de Educação Infantil

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

MEC Ministério da Educação

CF Constituição Federal

LDB Lei de Diretrizes e Bases

SUMARIO

INTRODUÇÃO	11
1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CRECHES BRASILEIRAS.....	13
1.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA.....	18
2 AS TRABALHADORAS DA CRECHE: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	20
3 UMA REFLEXÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	30

INTRODUÇÃO

Reconhecer o direito da criança pequena a educação infantil, considerando um atendimento de qualidade na primeira infância é reconhecer que a creche é um espaço de direito a educação e ao acolhimento, respeitando a criança enquanto sujeito histórico se faz significativo e necessário. O direito a um ambiente seguro e adequado é essencial para promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral da criança desde seus primeiros anos de vida. Esse direito é previsto pela Constituição Federal de 1988 que estabelece a educação como direito de todos e um dever do Estado e é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que se define a educação infantil como primeira etapa da educação básica e estabelece a obrigatoriedade do Estado em garantir o atendimento em creches e pré-escolas.

A educadora deve ser uma facilitadora do processo educacional, como nos diz Paulo Freire, atuando como mediadora dos conhecimentos dos alunos e os novos conhecimentos que mantêm uma relação dialógica entre educadora e educando na qual um e outro aprendam juntos e construam o conhecimento de forma coletiva, buscando construir uma educação que seja relevante e contextualizada.

É a luz da legislação, da concepção de ser educador de Paulo Freire e da concepção de criança como sujeito histórico de direitos, com necessidades específicas e singularidades que devem ser respeitadas e valorizadas durante todo o processo educacional, e toda a contribuição teórica que o curso de pedagogia da UFSCar Sorocaba oferece, a minha pequena jornada como educadora que hoje me proponho a fazer essa reflexão.

Meu primeiro contato com educação infantil foi em 2012 quando iniciei um estágio remunerado no Centro de Convivência Infantil do Centro Paula Souza, no qual o foco principal era a recreação e os cuidados com as poucas crianças que frequentavam o CCI, ao todo eram 11 crianças com idades de zero a quatro anos, foi uma experiência marcante que ainda guardo na memória o nome de cada uma das crianças, da diretora, da única professora que lá trabalhava, da merendeira e de todas as estagiárias que trabalhavam comigo. A relação era bastante íntima com todos, pois o número de pessoas era muito pequeno, meu maior aprendizado foi o respeito, a atenção e o amor que estão estreitamente ligados ao cuidar das crianças pequenas. Nessa época eu não percebia com muita evidência a linha tênue entre o educar e o cuidar.

Logo após o fim do meu contrato, ingressei em uma escola particular, também como estagiária, bem maior que o CCI e muito mais tradicional, o choque foi grande, pois a diferença no relacionamento da criança com o adulto era o oposto da minha experiência anterior, mesmo trabalhando com as crianças pequenas a impessoalidade era notória. Não consegui concluir meu

contrato de estágio, pois aquilo me incomodava muito, ver bebês preenchendo apostilas mesmo contra suas próprias vontades me era, ainda é, muito destoado da minha concepção para a educação infantil e eu me via indo contra as ideias que a teoria aprendida na universidade me apresentava, me era inconcebível os pais pagarem por uma educação tão desrespeitosa. Dali fui para uma escola humanista, também da rede particular, que condizia muito mais com concepções de ser criança, de educação para a infância que eu havia descoberto na universidade e me senti um pouco mais “em casa” novamente.

Foi em 2017, quando assumi o cargo de auxiliar de educação na rede municipal em Sorocaba, que me deparei com uma realidade que não havia visto antes. O CEI que iniciei meu trabalho e que trabalho até hoje é antigo, sem manutenção e quase que esquecido pelo poder público. Mas eu iniciei com mil ideias na cabeça, disposta para o trabalho, e a discussão sobre o cuidar e o educar nunca tinha me ocorrido na prática até esse momento.

A hierarquização do trabalho na creche está fortemente presente no cotidiano escolar, tentando constantemente limitar as ações da atuação com as crianças com as justificativas de não ser da alçada do cargo. Foi aí que vi a necessidade de entender as relações do trabalho e as condições da auxiliar de educação com a relação entre o cuidar e o educar na creche, pois acredito que, com bebês e crianças muito pequenas, o cuidar e o educar são indissociáveis e a auxiliar de educação também desempenha um papel pedagógico na formação da criança atendida na creche, apesar de ter a exigência para o ingresso na carreira a formação no Ensino Médio. A atual luta da classe por enquadramento na educação traria, além da valorização da carreira profissional que é de extrema importância, traria uma melhora significativa na qualidade da educação infantil que ainda não atingiu o devido reconhecimento de suas especificidades.

O presente trabalho tem como base metodológica a pesquisa qualitativa com uma reflexão sobre as relações de trabalho do cotidiano da creche e suas implicações para a construção de uma educação infantil de qualidade. Será assim possível observar se há necessidade de uma formação mais qualificada para essas profissionais da educação infantil e tentar entender, o motivo pelo qual o trabalho na creche ainda apresenta essa divisão de tarefas tão setorizada.

O método de pesquisa qualitativo tivera início entre o século XVIII e XIX, quando cientistas sociais, historiadores e sociólogos, indagavam-se se era possível a compreensão do humano, social e educacional sem compreender as interações onde os sentidos são produzidos, indo em oposição a concepção positivista e empírica, que afasta o sujeito do objeto. As pesquisas nessa área precisam compreender o contexto para entender um fato

particular, e que não se é possível manter-se neutro nas pesquisas. Na década de 1960, com as rebeliões estudantis na França e com o embasamento da sociologia no interacionismo simbólico. “A educação que nesse momento se aproxima muito da sociologia é influenciada por essas novas ideias” (Gatti e Andre, 2010, p. 30). Assim, os estudos sobre a educação passam a usar a metodologia de pesquisa qualitativa em seus estudos.

A partir do estudo construiremos uma perspectiva histórica do surgimento das creches, principalmente no município de Sorocaba, e a trajetória das auxiliares de educação no município.

No primeiro capítulo trataremos o surgimento da Educação Infantil Brasileira com ênfase nas creches, como se desenvolveu e em qual momento sua perspectiva mudou de assistencialismo para atendimento educacional. Também faremos esse levantamento quanto a história das creches sorocabana, seu início no apoio as mães trabalhadoras e seu percurso nas adequações das leis e metas nacionais para a educação.

No segundo capítulo trataremos da história, ainda muito recente, das auxiliares de educação, sua luta pela redução da jornada de trabalho e a atual discussão sobre o enquadramento no cargo do magistério.

Então, no terceiro capítulo, faremos uma reflexão, embasada na teoria do professor – pesquisador, sobre a minha prática, em particular, na atuação como auxiliar de educação da rede municipal. Refletindo sobre a divisão do trabalho entre professoras e auxiliares e o distanciamento, ou proximidade, das práticas.

Por fim, nas considerações finais, o objetivo é identificar se há proximidade, ou afastamento nas práticas de trabalho com a criança na creche e a refletir sobre a organização do quadro funcional nas relações de trabalho.

Meu objeto com esse estudo é primeiramente refletir sobre a minha prática de trabalho e contribuir para a reflexão das organizações da creche e sua relação com a desvalorização da educação infantil na totalidade.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AS CRECHES BRASILEIRAS

É impossível falar de creche brasileira sem associá-la ao trabalho exercido pela mulher na sociedade patriarcal, o qual é responsabilidade da mulher dos séculos passados, e continua sendo da mulher contemporânea, o cuidado com os filhos, o lar e o trabalho remunerado, aqui destacamos o trabalho no cuidado e na educação formal das crianças principalmente na educação infantil, “a história da creche liga-se a modificações no papel da

mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito a educação dos filhos” (Oliveira, 1988, p. 44).

No início do século XX, as poucas creches existentes ainda eram muito confundidas com os asilos infantis de modelo europeu, com foco sobretudo assistencialista. Anália Franco (1836-1919) focada em atender as crianças pobres e órfãos oferece um ambiente seguro e adequado para seu desenvolvimento durante o período pós escravagistas, proporcionando-lhes alimentação, cuidados básicos e atividades recreativas, algumas com intencionalidade de aprendizagem, apesar de todas as controvérsias pedagógicas, essas obras assistenciais atendiam a educação infantil e a profissionalização das mães e dos órfãos maiores de idade. As intuições assistencialistas de Anália viviam de donativos das lojas maçônica e da renda da venda de livros e artesanatos feitos pelas mulheres que abrigava.

Simultaneamente a isso, se espalhavam creches a pequenos valores que atendiam crianças durante o dia, se aproveitando da expansão industrial e da falta de fiscalização para oferecer péssimas condições de atendimento e de higiene. O governo não destinava nenhum percentual de sua receita para esses espaços, pois considerava que a guarda de crianças por puro assistencialismo não era de sua responsabilidade (Kishimoto, 1988).

A criação dos *kindergardens*, por Fröebel em 1840, chegou ao Brasil como primeiro Jardim de Infância no Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro em 1875 e em São Paulo em 1877 na Escola Americana, uma instituição particular. Mas foi apenas em 1892 que se criou anexo à Escola Normal da Capital o jardim de infância oficial com objetivo de proporcionar um espaço dedicado a educação e ao cuidado das crianças em idade pré-escolar, também inspiradas nas ideias do educador alemão Fröebel, além de formar profissionais capazes de atender as especificidades da faixa etária.

Na década de 1920 as condições histórico-sociais começam a criar uma nova demanda. Com a expansão industrial, a urbanização, a imigração e outros fatores como o crescimento da população proletária, surgem as creches modelares preocupadas com condições de higiene e a combater doenças, sem foco na educação escolar, o objetivo era a assistência e a saúde. Até o fim dos anos 1930 a creche não é uma instituição muito aceita, ela é tida como um ‘mal necessário’ proveniente da industrialização e urbanização, vista ora como ampliação da família, ora como auxiliar aos cuidados familiares. Até 1933 a creche não podia ser incluída na educação pública por não ter caráter educativo, o que muda com o Código da Educação, que introduz a escola maternal para crianças de 2 a 4 anos e o jardim de infância para crianças de 4 a 7 anos. No final da década de 1920 a preocupação ainda é sanitarista e isso fica evidente na III Conferência Nacional da Educação

[...]no sentido de estimular a criação de instituições de proteção à infância como creches, escolas maternas, centros de alimentação para lactantes pobres, serviços de assistência médica, higiênica, dentárias e outras, em perfeita consonância com o plano educacional definido pelo governo (Kishimoto, 1988, p. 143).

Mas é na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que o Estado começa a olhar para as especificidades da infância quando são criados os Parques Infantis em 1935 no estado de São Paulo, sem considerar uma educação escolar, as crianças tinham oportunidade de brincar e serem cuidadas, assim como conviver com a diversidade cultural.

[...] a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não-escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços. Lá produziam cultura e conviviam com a diversidade da cultura nacional, quando o cuidado e a educação não estavam antagonizados, e a educação, a assistência e a cultura estavam no tríplice objetivo parqueano: educar, assistir e recrear. (Oliveira, 2010, p. 36 apud Aceituno, 2023, p. 35).

Em 1940 é criado o órgão que propôs normatização para o funcionamento das creches a partir de uma perspectiva médica chamado Departamento Nacional da Criança e ganha reforço com o Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que obrigava empresas com mais de 30 mulheres fazer o atendimento das crianças em creche. Entretanto, é apenas na década de 1950 que o processo educativo provoca maior interesse, caracterizado por moldar as crianças menos privilegiadas em um ideal de cidadão e assegurar o desenvolvimento das mais privilegiadas.

Durante o período ditatorial nas décadas de 1960 e 1970 a creche foi vista ainda mais como assistencialista, a um nível federal, reforçando as políticas de ajuda governamental a instituições filantrópicas as quais assumiram um papel mais tecnicista com o atendimento das crianças, nesse contexto foram elaboradas propostas de trabalho para pré-escolas, parques infantis e creches chamadas de educação compensatória, baseadas nas teorias de privação cultural para justificar a marginalidade da população que era atendida.

Com um início marcado por filantropia, assistencialismo, falta de preocupação e participação do Estado, falta de orientação pedagógica e diversos outros problemas que faziam com que a creche se tornasse espaço para crianças carentes nas quais as mães precisavam deixá-las para trabalhar. A grande expansão das creches brasileiras aconteceu na década de 1970, com a reivindicação da população como um direito do trabalhador e obrigação do Estado. Surge então o Movimento de Luta por Creche (1979 – 1984) organizado por mulheres trabalhadoras, periféricas, intelectuais e feministas.

A incorporação de conceitos educacionais estrangeiros desde o início do século XIX até o fim do século XX, as grandes lutas das classes trabalhadoras, mais especificamente das mulheres trabalhadoras, fazem com que a discussão a respeito da creche passe a ser em torno do direito da criança a educação, o qual é consolidado na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, inciso IV, que afirma ser dever do Estado a oferta da vaga na creche as crianças de zero a seis anos, hoje até os cinco anos conforme atualização do texto a partir de uma emenda constitucional. Mas é apenas em 1996 que a creche, com a pré-escola, através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), se torna a primeira etapa da educação básica nacional que garante as crianças pequenas o direito de frequentar a creche para além da necessidade de sua família, pois a torna direito do próprio sujeito histórico a qual é a criança.

É de suma importância sempre lembrar que foi através da luta das mulheres por seus direitos de estudar, trabalhar, votar, etc. que muito se incluíram as pautas o direito das crianças como sujeito histórico, conquistando o direito de acesso a uma educação formal, com profissionais qualificados e acesso à diversidade cultural.

Com a educação infantil regulamentada por lei e de responsabilidade das Secretarias da Educação, foi preciso repensar os cuidados com as crianças e o trabalho nas instituições de creches e pré-escolas, reorientando os profissionais a esse respeito. Essa compreensão da especificidade do caráter educativo das instituições de educação infantil não é natural, mas historicamente construída, uma vez que ocorreu a partir de vários movimentos em torno da mulher, da criança e do adolescente por parte de diferentes segmentos da sociedade civil organizada e dos educadores e pesquisadores da área em razão das grandes transformações sofridas pela sociedade em geral e pela família em especial, nos centros urbanos, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. (Cerisara, 2002, p. 328 apud Aceituno, 2023, p.37)

Na grande eclosão do neoliberalismo no Brasil no início da década de 1990 foi que o banco mundial começa a atuar no financiamento de projetos ligados a educação, com destaque para o Ensino Fundamental, deixando a Educação Infantil em um plano quase que esquecido, segundo Rosemberg (2002), houve grande estagnação do número de matrículas de crianças na Educação Infantil entre 1995-1999.

A ideia de que a pobreza poderia ser combatida através da educação infantil foi difundida, porém, essa ampliação foi feita de maneira sucateada, com a contratação de mão de obra de baixa qualidade a custo de baixos salários, pouco investimento em espaço e materiais, o que tornava a experiência das crianças empobrecida.

Nesta mesma década o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lança mão de projetos para atendimento da educação infantil de imenso retrocesso, um desses é o projeto “mãe-

crecheira”, no qual uma mulher fica responsável por crianças que moram próximo a sua residência, com o discurso de expansão da educação infantil. Porém, o programa visa o atendimento apenas de crianças pobres, sem foco na qualidade educacional e de cunho machista, como nos mostra Rosemberg:

Além disso, esses programas criam, recriam e sustentam-se em subordinação de gênero: consideram que as mulheres são destinadas a permanecer em casa, cuidando de seus filhos ou dos filhos de outras mulheres, sem receberem formação e titulação profissional; que mulheres com escolaridade incompleta merecem “cursos para mães”, com verbas da educação infantil e não uma formação completa como cidadãs no contexto da educação de jovens e adultos; que homens são seres inadequados para educar e cuidar de crianças (2002, p. 58).

A educação da criança pequena sempre esteve marcada pelos preceitos patriarcais, mesmo nos dias mais atuais e fica evidente em políticas públicas de expansão da educação infantil que romantizam os cuidados com as crianças pequenas, delegando-os como instinto da natureza feminina, mais uma maneira de relegar a qualidade no atendimento dessas crianças.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é publicado em 1998 e carrega com sigilo uma maior preocupação com a escolarização precoce da criança pequena. A preocupação com a escolarização da criança é persistente no decorrer da história da educação e podemos contatar com a Lei n. °11.274/2006 que altera a LDB dispondo sobre a duração de 9 anos do Ensino Fundamental com matrícula obrigatória aos 6 anos, sendo assim a criança perde um ano de educação infantil sendo obrigada a ser matriculada mais cedo no ensino fundamental.

Um ano depois, em 1999, é publicada as Diretrizes Curriculares Nacional que devem ser seguidos pelas instituições de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) foram reescritas em 2009, levando em conta os povos originários, quilombolas, assentados e crianças com deficiência. Neste mesmo ano, a etapa da pré-escola, crianças de 04 e 05 anos, passam a ter matrículas obrigatórias. Poucos anos depois, a LDB sobre outra alteração na Lei n. ° 12.796/2013 reafirmando a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, considera a diversidade étnico-racial na educação, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede pública. O Plano Nacional da Educação (lei 13005/ 2014) estabelece como meta a universalização da educação infantil até 2016 e garantia de 50% de acesso das crianças de 0 a 4 anos até o fim do plano, em 2024. Foi analisado, em 2017, pelo Conselho Nacional de Educação a versão final da Base Nacional Comum Curricular e Brito observa:

Quando analisamos a etapa reservada à educação infantil muitas coisas são passíveis de crítica, a exemplo, podemos problematizar o item “objetivos de aprendizagem” onde separados por faixa etária se estabelece o que as crianças devem aprender a partir de suas experiências com seus pares. Também estão presentes no texto objetivo de aprendizagem ligados a escrita, leitura e oralidade (2017, p. 18).

A conquista pelo direito a educação infantil já passa de um século de lutas, mas estamos apenas engatinhando nessa história, ainda há um longo caminho em busca do atendimento efetivo e garantido a todos os bebês e crianças pequenas que respeite suas reais necessidades e de oportunidades reais de desenvolvimento pleno para tornamos cidadãos conscientes e críticos.

1.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Sorocaba é uma cidade do interior do Estado de São Paulo fundada em 1654, com um pouco mais de 695 mil habitantes, a cidade tem sua economia bastante diversificada, com destaque para a indústria, comércio e serviços, ela é conhecida por abrigar diversos polos industriais, com empresas atuando em setores automobilístico, metalúrgica, plástico e têxtil. Sua história é marcada também pela linha de ferro sorocabana, que possibilitou todo o seu desenvolvimento industrial.

É no berço industrial têxtil que a história da educação infantil começa na cidade de Sorocaba, quando temos em 1882 a instalação da fábrica de tecido Nossa senhora da Ponte e em 1890 a instalação das fábricas Santa Rosália e Votorantim, dando a cidade o título de “Manchester Paulista”. Nessa expansão e instalação de novas indústrias na cidade que surge a inquietação sobre o lugar onde ficariam as crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam nas linhas de produção.

Para atender as crianças, filhos das funcionárias da Companhia Nacional de Estamparia, a Cianê, que foi criada a creche Santa Rosália, em 1924, primeira creche da cidade, anexa a fábrica de tecidos. As crianças pequenas e os bebês eram atendidas pelas “normalistas”, mulheres formadas em curso normal, o que posteriormente se transformou no magistério. Fröebel e Montessori eram as inspirações para a pedagogia adotada na época.

O primeiro CEI municipal foi construído na cidade de Sorocaba em 1954, 30 anos depois da primeira creche, pelo então prefeito Emereciano prestes de Barros, na antiga Rua dos Morros, atual Avenida Nogueira Padilha, desativado em 2008 e demolido em 2012, o histórico CEI 1 deu espaço, na gestão do então prefeito Vitor Lippi, a uma área de transferência do transporte urbano.

A criação do primeiro parque infantil ocorreu por diversos fatores, sendo o principal a campanha realizada por José Carlos de Almeida, professor de Educação Física que idealizava um parque infantil em Sorocaba assim como os que conheceu em São Paulo quando realizou o estágio da graduação (Sewaybricker, 2021, p. 31 apud Aceituno, 2023 p. 48).

Assim como aconteceu, de modo geral a educação nacional, o desenvolvimento da creche no município se desenvolve em meios a filantropia, caridade e com enfoque na promoção da saúde. A partir da iniciativa do MEC e com a demanda crescente por creches no início dos anos 1980, o prefeito Paulo Francisco Mentos, adota na cidade o projeto mãe crecheira, o qual uma mãe cuidava em sua casa de filhos e filhas das mães que precisavam sair para trabalhar, elas recebiam o auxílio financeiro da prefeitura.

A aprovação da CF/88 que garantiu o direito das crianças a uma educação pública e gratuita ofertada em creche para os bebês e crianças pequenas e em pré-escolas para as crianças a partir dos 4 anos, passando a ter um compromisso com a educação e o desenvolvimento da criança.

No ano seguinte, o então prefeito Antônio Carlos Pannunzio (PTB) precisou reorganizar a cidade para cumprir as premissas da lei, porém a secretaria responsável por essas instituições era a da Promoção Social, “o que provoca a reflexão sobre uma possível não preocupação com o caráter educativo-pedagógico nesses espaços.” (Brito, 2017 p.20)

A mudança na concepção de infância e desenvolvimento infantil são marcadas para além da CF/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990 e o atendimento as crianças é explicado

O histórico da Educação Infantil em Sorocaba acompanha as demandas legislativas nacionais, passando para o município a obrigação do atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos. No ano de 1989 a responsabilidade de atendimento em 50 creche deixa de ser vinculada à Secretaria de Assistência e Promoção Social; nesta época a maior parte das instituições da cidade eram de cunho filantrópico. Durante os anos de 1987 e 1988 foram criadas as creches domiciliares, que tinham como responsáveis as “mães crecheiras”. A transição das creches para a Secretaria da Educação aconteceu entre os anos de 1989 a 1992, quando ocorreu a extinção das creches domiciliares, sendo substituídas pelas institucionais de responsabilidade do município (Pinto, 2017, p. 36 apud Aceituno, 2023 p. 49-50).

Houve um crescimento rápido e significativo de creches em Sorocaba, chegando a 24 unidades municipais em 1996 o que causou um certo problema na contratação de novos funcionários para trabalhar nas creches. Assim é criado o programa ‘Creche e Vida’ com a proposta da construção de novas creche e o reaproveitamento dos funcionários das creches domiciliares.

O ‘Creche e Vida’ foi criado sem a participação das professoras, trabalhadores da creche ou cidadãos interessados, ele foi apresentado com preocupação na educação e desenvolvimento pleno na educação das crianças. A prefeitura realizou um alto investimento na construção de 17 creches, na contratação de novos profissionais e em seu aperfeiçoamento, porém com o decorrer do tempo e aumento da demanda de atendimento a prefeitura cria novos cargos, sem especialização para atender essas crianças na creche, nos apontando novamente uma despreocupação com a qualidade do atendimento.

Segundo o site da Prefeitura Municipal, existem na cidade, hoje, 88 Centros de Educação Infantil (CEI) que atendem a modalidade creche, crianças de zero a três anos. A Secretaria da Educação comporta o maior número de funcionários de toda a gestão pública, sendo mais de 6 mil funcionários que compõe a pasta da educação. Como nos mostra Aceituno:

Dos cargos que operam na SEDU, estão diretamente nas creches: Agentes Infantis, Auxiliares de Educação, Regentes Maternais, Auxiliares Administrativos, Diretores, Estagiários, Orientadores Pedagógicos (OP) e Professor de Educação Básica I (PEBI). Os profissionais desses cargos também atuam em outras etapas, por isso não é possível determinar a quantidade exata de funcionários no segmento (2023, p.47).

A judicialização por uma vaga na creche ainda é muito comum e as ordens judiciais que chegam nas escolas para matrícula imediata da criança é uma realidade muito corriqueira nas creches municipais ainda nos dias de hoje, o que ocasiona superlotação nas salas de aula e prejudica o atendimento e a educação nas turmas de creches onde a demanda do profissional é maior do que com as crianças de fundamental, por exemplo.

A luta pelo atendimento de qualidade vem surgindo por diversos meios, como da classe trabalhadora, que vem veemente fazendo apelos aos responsáveis legais e sindicais e também por parte das famílias, que para além de precisar da creche como apoio começam a compreender a importância educacional da creche na vida das crianças.

2 AS TRABALHADORAS DA CRECHE: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

Essa pesquisa a respeito das auxiliares de educação de Sorocaba teve aporte teórico em duas pesquisadoras sorocabanas, a Beatriz Antunes Fogaça Brito (2017) e a Gabriela Aceituno (2023), por se tratar de questões históricas recentes e de legislação, penso que as pesquisas realizadas pelas duas autoras dão o suporte as referências necessárias para contar essa narrativa tão recente.

A afirmação ao direito da criança ao acesso à educação infantil foi consagrada pela CF/88 e pela LDB/96 a partir das mobilizações sociais pelo direito a infância, das

reivindicações dos movimentos das mulheres e outros movimentos sociais, contudo percebemos que a luta está longe do fim, tanto pela universalização do acesso, que hoje é negado a uma grande parcela das crianças, na etapa da creche, por incompetência das políticas públicas municipais em expandir o acesso, quanto na luta pela qualidade no atendimento das crianças que já conquistaram seu direito em estar na creche.

Como já abordado anteriormente, o berço da creche sorocabana foi na indústria têxtil da cidade no início do século passado, porém o primeiro CEI foi construído apenas na década de 1950, a partir do entusiasmo do professor de Educação Física com o modelo encontrado por ela em São Paulo. A história da educação infantil sorocabana permeia a filantropia, as mães que cuidavam em suas casas das crianças de outras mães com creches domiciliares, até receber sua carta magna no fim da década de 1980 e no início da década de 1990 o poder público municipal se ver obrigado a admitir essa responsabilidade sob sua custódia.

O prefeito Antônio Carlos Pannunzio (PTB) e sua esposa Maria Inês Pannunzio, muito ligada as questões da educação no município, instituem as creches domiciliares como creches municipais e as ‘mães crecheiras’ são contratadas, por via CLT, para trabalhar com as crianças e as professoras, em regime estatutário, que tratavam da burocracia da instituição, este cenário durou de 1989 a 1993.

Na administração de Paulo Francisco Mendes (PMDB 1993 – 1996) o grande dilema das professoras de creche era com os cuidados com a higiene e a alimentação dos bebês e das crianças pequenas. A fim de resolver o problema e ainda reduzir os custos para a prefeitura, as professoras são dispensadas da creche e é criado um novo cargo paga compor o quadro de funcionários da creche, o Agente de Desenvolvimento Infantil, de contratação estatutária, e o Agente de Recreação Infantil, de contratação via CLT. Então, em 1995, havia trabalhadoras em graduadas em primeiro grau até licenciadas.

Muitas mudanças ocorrem na gestão de Renato Amary (PSDB 1996-1999 e 2001-2004), em seu primeiro mandato é criada a ‘creche da vizinhança’ cuja proposta é reunir pequenos grupos de crianças em casas próximas à rodoviária, na tentativa de facilitar o trajeto de trabalho dos pais, mas o projeto não vinga e é extinto assim como o cargo de Agente de Desenvolvimento Infantil. Renato também exonera diversos servidores que estavam em estágio probatórias das mais variadas secretarias.

Com um projeto falido e sem funcionários, a estratégia foi recorrer à contratação de estagiários para ocupar as vagas remanescentes, o que lhe rendeu um problema com o Ministério do Trabalho.

É assim que, em caráter experimental, que se cria o cargo de Auxiliar de Educação a partir da lei 6478 de outubro de 2002, com a ideia inicial de entrar nas escolas de ensino fundamental que estavam passando pelo processo de municipalização. Porém, com a alta demanda das creches, esses funcionários foram alocados nos CEIs da cidade. O concurso exigia para o cargo o nível médio para o trabalho de quarenta horas semanais, oito horas diárias.

A longa jornada de trabalho, baixa remuneração, desvalorização, muitas servidoras adoecidas e até mesmo readaptadas, fizeram com que a categoria se reunisse para reivindicar a redução da jornada de trabalho. A luta durou quase dez anos, mas as educadoras saíram vitoriosas com a promulgação da Lei n.º 10.777/2014.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei: Art. 1º - Fica alterada a jornada de trabalho do cargo de Auxiliar de Educação prevista no Anexo I da Lei nº6.478, de 30 de outubro de 2001, do cargo de Regente Maternal, prevista no Anexo I da Lei nº 3.802, de 4 de dezembro de 1991, e do cargo de Agente Infantil, prevista no Anexo I da Lei nº 4.503, de 24 de março de 1994, da seguinte forma:

I - trinta e duas Horas semanais para aqueles que estiverem desempenhando suas funções em atividades com criança; e

II – quarenta Horas semanais para aqueles que não estiverem desempenhando suas 26 funções em atividades com criança.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso I deste artigo, duas horas semanais serão destinadas à formação. (SOROCABA, 2014).

A redução da jornada foi de muita comemoração por parte das auxiliares. As 2h prevista em caráter de formação ficou a cargo da gestão da escola, um ponto ainda nos dias de hoje de muita controvérsia e discussões acaloradas nas unidades escolares, pois não há uma regulamentação do caráter dessa formação das auxiliares. O que se observa é a falta de preocupação com a formação desses profissionais que, no contra turno do professor, ficam com seus pares, sem o “apoio pedagógico” com a criança, exercendo sua função de cuidar e educar sem a orientação teórico metodológica, abrindo espaço para achismos e convicções particulares.

A conquista da redução da jornada de trabalho é um passo importante para a valorização da categoria que atua com tanta veemência no chão da creche, mas tem que se pensar no próximo passo, pois aqui não se implica apenas o reconhecimento de uma classe trabalhadora, se pressupõem o reconhecimento da relevância da primeiríssima infância e suas experiências na educação infantil para uma jornada escolar emancipatória na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de transpor a sociedade.

3 UMA REFLEXÃO

Para iniciar a reflexão desse trabalho nos pautaremos na abordagem original fundamentada por Stenhouse, que gerou o conceito de professor pesquisador/ reflexivo, na qual

o professor traz consigo o conhecimento através da prática, da sua ação, reflete sobre ela produzindo um novo conhecimento como nos aponta Fagundes (2016, p. 288) “No campo educacional, a pesquisa-ação pode ser considerada uma estratégia que envolve professores e pesquisadores com o objetivo comum de utilizá-la para criar novas possibilidades para o ensino e, conseqüentemente, para o aprendizado do aluno.”

No entanto, não podemos deixar de mencionar que no Brasil se deu outra interpretação para o professor reflexivo, como mostra Fagundes (2016, p. 292) “Na realidade, o que parece ter ocorrido no Brasil foi a apropriação desse conceito para servir de base a reformas educacionais cujo foco recaiu sobre a formação e prática dos professores”.

Contudo, o que queremos aqui não é subjugar a prática, a ação como educador, e sim partir do pressuposto da reflexão dessa prática para gerar novo conhecimento e poder (re) significar a ação.

O trabalho no dia a dia da auxiliar de educação, e previsto pela sua súmula de atribuições, está no contato direto com os bebês e as crianças pequenas que frequentam a educação infantil. E apesar de atender as necessidades fisiológicas e emocionais das crianças como os cuidados com a higiene, alimentação, acolhimento e suporte emocional, também desenvolvendo atividades para promover o explorar, o conhecer e o brincar, a nomenclatura do cargo carrega um forte teor hierárquico de desvalorização.

Como já iniciei contando, minha história como educadora na educação infantil começou como estagiária em 2012, um ano após ingressar no curso de pedagogia na UFSCar Sorocaba, foi minha maior lição de respeito e compreensão da primeiríssima infância, um grupo com poucas crianças de idades entre zero e três anos, quatro estagiárias e uma professora de uma resiliência sem medida. Foi naquele pequeno grupo que revisei minha infância e ressignifiquei minha postura quanto adulta perante uma criança. Depois que meu contrato acabou, foi difícil trabalhar nas instituições particulares, pois o que aprendi sobre relacionar-se com as crianças no CCI e toda a concepção discutida na universidade se chocavam com a realidade encontrada na educação infantil tradicionalista muito presente na cidade nas instituições particulares.

Em 2015, por indicação, entrei em uma escola de educação infantil, da rede particular, muito humanista, com inspiração em Reggio Emilia, abordando uma educação holística com a criança no centro do processo educacional, valorizando os aspectos artísticos e a preparação dos ambientes a fim de estimular a curiosidade e a exploração por parte das crianças.

Foi com essa inspiração e com a cabeça cheia de ideias que cheguei, em abril de 2017, no CEI que estou até hoje, um caso de amor e pertencimento, pois esse CEI faz parte da comunidade que eu moro. No primeiro momento, foi um choque chegar lá, minha primeira

estranheza foi a hierarquização estrutural dos cargos e do discurso sobre quais brincadeira, quais livros e quais propostas eu poderia sugerir com as crianças a partir do meu cargo de auxiliar de educação e não de professora.

De início o susto me paralisou, aquilo era muito estranho, foi um ano que me desmotivou, que me fez querer desistir, estava grávida do meu primeiro filho, esperando desde 2014 por essa vaga na rede municipal e quando cheguei lá levei um banho de água fria. Cheguei a abandonar o curso de pedagogia que estava quase na conclusão e cogitei não voltar da licença maternidade para a escola.

Voltei da licença maternidade em uma turma de creche III, com uma colega de trabalho excepcional, que acredita na educação infantil, que se preocupa com as crianças, com a qualidade do atendimento e é uma verdadeira guerreira pela infância e pelo direito da criança em ocupar o lugar que lhe pertence, a creche. Percebi que também precisava ocupar aquele lugar, como mãe, como funcionaria, pelas crianças que por lá passaram e vão passar. Decidi voltar para o curso de pedagogia fazendo a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020 e ingressando novamente na UFSCar em 2021.

E aqui estou, buscando aprender e refletir sobre a minha prática no cotiado da sala da creche, sendo resistência quando a estruturação da creche não me dá liberdade para propor brincadeiras, experiências e leituras com as crianças da turma da creche II, que faço parte hoje, por se constituir atividade pedagógica e estar fora da minha alçada de auxiliar de educação, ou quando o discurso é da preferência de estar no parque ser da professora não da auxiliar de educação, já que a preferência deveria estar na criança, sempre na criança.

O cuidar e o educar são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, reconhece que o aprendizado e o crescimento não estão separados das necessidades físicas, emocionais e sociais. Tanto o cuidado quanto a educação são partes essenciais do desenvolvimento integral, as rotinas diárias de cuidado, como alimentação e troca de fraldas, podem se transformar em oportunidades de aprendizado. Essas atividades podem ser enriquecidas com conversas, narrativas e perguntas que estimulam o desenvolvimento da linguagem e a compreensão do mundo. Ambientes bem projetados são essenciais. Espaços organizados e seguros estimulam a exploração e o desenvolvimento de práticas motoras. Eles também devem ser acolhedores e confortáveis, transmitindo uma sensação de pertencimento e segurança emocional.

Foi baseada nessa proposta de cuidar e educar que no ano passado, decidimos nós, as auxiliares de educação, propor experiências e experimentações para os bebês que frequentavam o berçário. Montamos painéis sensoriais, que é uma atividade focada no tato, ali eles podiam

abrir e fechar zíper, tocar campainhas, colar e descolar velcro, experimentar superfícies macias, ásperas, geladas, pegajosas, enfim, diversas sensações. Fazíamos leituras diárias, coletivas e individuais e também havia momentos de manuseio dos livros pelos próprios bebês, afinal, havíamos recebido um acervo novo e imenso, com livros para o próprio consumo das crianças e adequados as faixas etárias da creche, os livros pop-it eram os favoritos, brincamos de cama de gato, montamos um cantinho da cozinha, já que nossos bebês estavam no processo de introdução alimentar, montamos alguns instrumentos como chocalhos e tambores, cantamos muitas músicas populares brasileiras como Milton Nascimento, Adriana Calcanhoto, Arnaldo Antunes, Gilberto Gil, entre outros, cantamos músicas folclóricas e algumas específicas da cultura Sorocabana que acabamos por conhecer em nossas pesquisas para trazer conteúdo de qualidade para os bebês. Brincamos muito ao ar livre com folhas, flores e objetos da natureza, também construímos uma caixa de luz e fizemos algumas brincadeiras com sombras, brincamos com experimentação de farinha, água, terra. Na hora do banho, sempre tínhamos uma boneca ou um livro para a criança. Na alimentação interferíamos o mínimo possível, deixando as crianças tocarem e experimentarem a comida, o talher, a sensação da textura, o cheiro e o gosto. Hoje, temos orgulho da nossa “bagunça” na hora do almoço do ano passado, pois conseguimos observar que as crianças que frequentaram a turma do berçário, hoje comem com autonomia.

As famílias são muito receptivas quando as acolhemos com respeito e gentileza, mantemos contato harmonioso na hora da saída das crianças, sempre contando brevemente como foi o dia, as situações ocorridas e algo que possa ser do interesse da família, sempre buscamos saber se a criança está bem de saúde quando precisa ser encaminhada ao atendimento de saúde ou quando se ausenta por muitos dias, mesmo não sendo “obrigatório” queremos sempre participar das reuniões com os responsáveis e fazemos questão de nos apresentar para saberem quem são as pessoas que estão cuidando do seu bebê. No geral, procuramos passar segurança e confiança para a família que deixa sua criança na creche, para que a família também se sinta acolhida e parceira da escola.

É possível observar nos trabalhos da Beatriz Antunes Fogaça Brito (2017), da Gabriela Aceituno (2023), da Samantha Lemos Mosti (2018), da Gleice Magela de Almeida e da Valdete Côco (2018) entre outras, que as demandas da questão do trabalho na educação infantil como a desvalorização profissional, a hierarquização estrutural das creches e a falta de investimento e políticas públicas que visam valorizar o profissional da educação infantil e dar o devido reconhecimento da importância da etapa educacional na vida e na construção da subjetividade e da aprendizagem da criança são questões frequentes, principalmente naqueles estudos feitos

aqui no município de Sorocaba que não são distantes de outros lugares e suas reflexões acerca das concepções de quem é este profissional e o seu papel na creche.

Valdete Côco e Gleiciele Magela, 2018, partem da concepção de trabalho docente em suas ações desenvolvidas durante o processo educativo, ou seja, no seu fazer, no cotidiano que se desenvolve as atividades, no contato direto com a criança, o trabalho docente não vem atrelado ao diploma ou algum certificado, mas sim o trabalho em si. Não obstante da concepção de educador de Paulo Freire, que expressa o trabalho docente como criador de espaço onde os alunos possam desenvolver sua conscientização, pensamento crítico e capacidade de ação transformadora. Para tanto, o trabalho está intimamente ligado a ação, ao ser e ao fazer.

Em especial na educação infantil as atividades pedagógicas estão intimamente ligadas as necessidades físicas, não há como dissociar o cuidado da aprendizagem, não há como separar as dimensões físicas, emocionais e cognitivas, é preciso um ambiente acolhedor e holístico para que as crianças pequenas possam se desenvolver de forma plena.

Nessa perspectiva colocam a auxiliar de creche em um contexto complexo e implica investigar o contexto macro e micro do sistema educacional. E a partir destas implicações, Côco e Almeida (2018) nos apontam três aspectos a serem considerados. O primeiro é a concepção de educação infantil, no quesito investimento, então entramos no mérito do sucateamento da educação infantil, que historicamente foi sendo relegada a pastas não educacionais e que a pouco tempo foi uma conquista no quesito educação e direito das crianças. Observo este quesito em vários aspectos na creche que trabalho, um deles, que talvez seja para mim um dos mais graves, é o grande número de crianças matriculadas e frequentes em uma creche pequena e com poucos recursos. No ano passado, foram instadas lousas digitais em nossa unidade, das 7 salas, apenas 3 receberam as lousas, pois as outras não tinham paredes com metragem suficiente para suportar o tamanho da lousa, em contrapartida, nessas mesmas salas, temos turmas com 30 a 40 crianças de 2 e 3 anos.

O segundo aspecto está relacionado a divisão do trabalho, causando uma hierarquização e conflitos, indo na contramão da escola democrática. Causando mais uma vez, a desvalorização da educação infantil quanto ao investimento em capital humano. Hoje as auxiliares de educação não fazem parte do quadro do magistério, uma luta que está em pauta, também não fazem parte 100% da Secretaria da Educação, tendo sua função também na pasta da Secretaria de Administração fazendo parte do grupo da área técnica na administração pública, essa situação tem grande relação com a formação exigida para o cargo, o salário, carga horária e as atribuições exigidas, marcando a desigualdade entre as trabalhadoras na área da educação infantil e a falta do senso de pertencimento por parte das auxiliares de educação. Esse tipo de estratégia

naturaliza a desvalorização do trabalho da creche, o colocando em uma posição barata e desqualificada.

E o terceiro aspecto diz respeito a organização no interior da instituição, que não favorecem um esquema de trabalho solidário através da convivência coletiva, não se forma uma identidade coletiva, que para Coco, 2018, fragiliza o movimento de luta pelo magistério, pois não há uma identidade comum e firma uma política de fragmentação do trabalho docente na educação infantil. A falta de coletividade dentro da unidade escolar, desmobiliza e enfraquece o trabalho, temos isso muito nítido hoje, em particular na unidade que trabalho, pelo incentivo a hierarquização da sala de aula.

Quanto a legislação, a LDB, Lei n.º 9394/1996, prevê para a Educação Infantil a atuação de professoras com exigência em formação de Ensino Superior, porém é admitida a formação em Ensino Médio, o que cria flexibilidade para a contratação em diversos níveis de formação, o que afeta diretamente as auxiliares em perda de direitos básicos garantidos ao professor como piso salarial e a hora atividade que é destinada a organização do trabalho pedagógico, marcando um histórico de conquista com a ampliação da oferta da educação infantil e, por outro lado suas contradições.

A lei municipal n.º 9711 de agosto de 2011 dispõe sobre as atribuições dos auxiliares de educação, entre os cuidados com a higiene, a alimentação, a segurança, o apoio a gestão em trabalhos administrativos, o atendimento a comunidade, estão atribuídos também o facilitar o desenvolvimento infantil integral mediante cuidados e brincadeiras, estabelecer um relacionamento estável e afetivo com a criança de forma que contribua com sua formação social e emocional, elaborar relatórios, registrar ocorrências, acompanhar a frequência, desenvolver atividades culturais e de recreação entre outras atividades.

Como observamos, a própria legislação enfatiza a integração entre o cuidar e o educar, reconhecendo o brincar como uma parte central do trabalho pedagógico na educação infantil. É através do brincar que a criança se comunica e estabelece sua relação com o mundo. A relação entre educadores, crianças e famílias é crucial. Educadores que estabelecem vínculos afetivos com as crianças não apenas cuidam das suas necessidades emocionais, mas também criam um ambiente propício para a aprendizagem. Observar as crianças em seu ambiente de aprendizado e documentar seus interesses e progresso é uma prática importante. Isso ajuda os educadores a personalizar o ensino e a criação de atividades que atendam aos interesses individuais das crianças, já que educação infantil deve reconhecer a diversidade e as necessidades únicas de cada criança.

Em resumo, na educação infantil, o cuidar e o educar estão entrelaçados de maneira intrínseca e todo esse trabalho também é desenvolvido pelo auxiliar de educação, assim como pelo docente da sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pautando a reflexão em uma construção histórica da educação infantil partindo do assistencialismo e da assistência à saúde para, só após muita luta, chegarmos ao quadro da educação com uma concepção de criança como cidadã de direitos garantidos por lei, como um ser humano com suas especificidades de se relacionar com o outro e com o mundo na construção do seu conhecimento. Tomando o educador como sujeito facilitador das experiências e experimentos que possibilitem o caminho do desenvolvimento da criança de maneira que ela possa construir sua autonomia e o seu ser e estar no mundo. Podemos refletir a partir da prática da auxiliar de educação que o trabalho do cotidiano caminha nas proximidades do exercício do professor devido as especificidades da educação infantil e sua real necessidade dentro do ambiente da creche, ando apoio pedagógico ao professor consegue auxiliar na organização dos espaços e das crianças, oferece condições de desenvolvimento no cuidado e na ação do dia a dia das experiências proporcionadas na educação infantil, quando está no contra turno do professor, procura desenvolver suas atividades de maneira a supri o atendimento as demandas da criança quanto as vivências específicas da creche.

Ressaltamos, no entanto, a importância da graduação na formação do educador que atua na creche, que mesmo ressalvo pela lei, LDB, que permite a contratação de outros níveis de formação para o atendimento a criança, é através da formação academia que o trabalho tem o suporte teórico necessário para embasar a prática e refletir sobre ela. Apesar de destacar a prática como uma das constituições do saber pedagógico, não podemos desconsiderar a formação teórica.

Há uma desarmonia no quadro funcional, essa divergência entre os cargos acarreta disputa entre as classes por espaço de visibilidade, pertencimento e liberdade dentro da creche, que no caso, deveria ser por um objetivo comum, a valorização de uma categoria forte e unificada a favor das condições de trabalho que pudessem fortalecer a educação infantil garantindo a qualidade no atendimento.

Como está formada hoje, a organização do quadro funcional na educação infantil declara a desvalorização perante as políticas públicas. Ao iniciar esse trabalho, meu principal objetivo era relacionar a prática da auxiliar de educação com a prática da professora na creche, porém, depois da leitura dos textos e da reflexão me sobressalta duas questões, a primeira em relação

às políticas públicas para educação infantil que sempre encontram brechas para sua desvalorização e desarticulação de movimentos que poderiam ser muito mais fortes em prol das creches públicas. A segunda é que a formação inicial deveria ser pré-requisito para todos os cargos de educadores da creche, pois ela possibilita compreender algumas questões que dizem respeito a educação da criança pequena, saberes esses necessários para a compreensão e acolhimento da criança, deixando mais evidente a indissociabilidade do cuidar e do educar. Brito (2017, p.43) ressalta:

[...] o enquadramento das auxiliares na Secretaria da Educação seria uma grande conquista de direitos, pois asseguraria a jornada de trabalho de meio período, o recesso remunerado nos meses de julho e dezembro, além do adicional por insalubridade, propiciando aposentadoria aos vinte e cinco anos de trabalho na área. Reconhecimento e valorização salarial também são pautas urgentes que podem ser vinculadas ao enquadramento.

Assim como acontece em outras modalidades de ensino, defendo para a educação infantil, um importante ponto para sua real relevância a profissionalização da categoria que atua na creche com a contratação de professores formados, e a formação dos profissionais que já atuam, para tal exercício é de suma importância, isso desataria uma série de problemas que destacamos aqui como a hierarquização das funções, a falta de senso de coletividade e solidariedade e a luta, que dura mais um século, sobre o direito a educação infantil pública de qualidade que dentre todas suas demandas destacamos a valorização e a formação do professor.

Que possamos construir nossa identidade quanto educação infantil e possamos lutar por um objetivo comum, uma sociedade igualitária e nos direitos básicos a educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ACEITUNO, Gabriela. **O projeto “Creche & Vida”**: História do atendimento a bebês e crianças pequenas na Educação Infantil pública de Sorocaba, SP. (1989 a 1992). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP. 2023.

ALMEIDA, G. M.; CÔCO, V. (2018). **Trabalho docente na educação infantil**: a participação das auxiliares de creche. *Actualidades Pedagógicas*, (72), 97-117. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.19052/ap.5221>. Acesso em 01 de abril de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em 01 de abril de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 01 de abril de 2023.

BRITO, Beatriz Antunes Fogaça. **Condições de trabalho das profissionais da Educação Infantil de Sorocaba** - um estudo sobre as Auxiliares de Educação. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP. 2017

FAGUNDES, Tatiana Bezerra. **Os conceitos do professor pesquisador e professor reflexivo**: perspectivas do trabalho docente. *Revista Brasileira de Educação* v.21, p. 281-298, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RmXYydFLRBqmvYtK5vNGVCq/?format=pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ, 2013.

GATTI, Bernadete. ANDRE, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. *In*: Weller, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs). **Metodologia de pesquisa qualitativa em Educação** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo** (1877 a 1940). São Paulo: Loyola, 1988.

MOSTI, Samantha Lemos. **O auxiliar na Educação Infantil**: mero assistencialista ou profissional necessário? Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2018.

OLIVEIRA, Z. M. R. **A creche no Brasil**: mapeamento de uma trajetória. *Revista Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 43-52, 1988.

ROSEMBERG, F. **A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras.** In: FINCO, D.; GOBBI, M. A., FARIA, A. L. G. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora.** Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015. P. 163-184.

ROSEMBERG, F. **Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil.** Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 25-63, 2002.

SILLER, Rosali Rauta; COCO, Valdete. **O Ingresso de Profissionais na Educação Infantil:** o que indicam os editais dos concursos. [*s.l.*]. GT07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos. 31ª Reunião Anual da Anped. 2008. Disponível em: GT07-4250--Int (anped.org.br). Acesso em 01 de abril de 2023

SOROCABA, Prefeitura Municipal de. **Lei N° 6478, De 30 De Outubro De 2001.** Dispõe sobre a criação e ampliação de cargos de suporte para a rede municipal de ensino fundamental e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2001/647/6478/lei-ordinaria-n6478-2001-dispoe-sobre-a-criacao-e-ampliacao-de-cargos-de-suporte-para-a-rede-municipal-46-de-ensino-fundamental-e-da-outras-providencias-2001-10-30.html>. Acesso em 01 de abril de 2023.

SOROCABA, Prefeitura Municipal de. **Lei N° 9.711, De 31 De Agosto De 2011.** Dispõe sobre alteração da classe de vencimentos e súmula de atribuições do cargo de auxiliar de educação, cria o prêmio de assiduidade aos cargos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/verprop>. Acesso em 01 de abril de 2023.